

Trump e a América Latina: a política externa para Venezuela, Cuba e México

Trump and Latin America: foreign policy for Venezuela, Cuba and Mexico

Trump y América Latina: la política exterior para Venezuela, Cuba y México

Alfredo Juan Guevara Martínez

Doutorando em Relações Internacionais no Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP).

Carolina Pedroso

Doutora em Relações Internacionais no Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP) e Professora de Relações Internacionais da Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP).

Marcela Franzoni

Doutoranda em Relações Internacionais no Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP).

Resumo: Nas últimas décadas, a América Latina não ocupou lugar de destaque nos debates acerca da política externa dos Estados Unidos, mesmo com a participação estadunidense “Guerra as Drogas” no México e na Colômbia. Por isso, apareceu poucas vezes nos debates eleitorais, nas sombras da “Guerra ao Terror” e do envolvimento dos Estados Unidos no Oriente Médio. Todavia, durante a eleição presidencial de 2016, a relação dos Estados Unidos com a América Latina ganhou mais destaque. Donald Trump, ao trazer críticas ao papel dos Estados Unidos no fluxo global de capitais, mercadorias e mão de obra, atraiu as relações entre Estados Unidos e México para o centro do debate, principalmente no que concerne a imigração e as relações comerciais. Além disso, Donald Trump trouxe à baila as relações entre Estados Unidos e Venezuela, diante situação política no país sul americano, e reaproximação com Cuba, iniciada no governo antecessor de Barack Obama. Analisando promessas e ações políticas, este artigo escrito a seis mãos tentará responder qual é o impacto do governo Trump na relação dos Estados Unidos com a Venezuela, Cuba e México, a fim de estabelecer

possíveis prognósticos para as relações interamericanas nos próximos anos.

Palavras-Chave: Donald Trump. América Latina. Política Externa.

Abstract: In the last decades of 20th century, Latin America has not been prominent in the U.S foreign policy, even in times of “War on Drugs” in Mexico and Colombia. Latin America has rarely appeared as an issue in the electoral debates. However, the United States foreign policy toward Latin America gained a little more prominence in the 2016 presidential election. Donald Trump has brought U.S. foreign policy toward Mexico to the center of the debate. Also, Donald Trump brought up relations between the United States and Venezuela and the rapprochement process with Cuba. This paper goes on to examine the Trump administration's foreign policy toward Latin America and its impact and of the promises and political actions of Trump Government toward Latin America with focus on Venezuela, Cuba and Mexico in order to predict scenarios for inter-American relations in the coming years.

Keywords: Trump. Foreign Policy. Latin America.

1. Introdução

Normalmente, as eleições e os novos governos estadunidenses sempre atraem olhares atentos e preocupados da América Latina. A iminente vitória de Trump redobrou, ainda durante a campanha

presidencial de 2016, a atenção e as preocupações com o futuro da relação entre os Estados Unidos e o restante do continente. Com base no descontentamento de atores tradicionais da economia estadunidense, sobretudo nos setores tradicionais de metalurgia, energia, comércio varejista, construção e agricultura, e no desespero de trabalhadores sub-empregados, Trump apresentou percepções de mundo que prometiam um impacto direto nas relações inter-americanas, principalmente no que concerne ao fluxo de capitais, mercadorias e mão de obra. Nesse sentido, os discursos de Trump reforçaram as lembranças, nunca completamente esquecidas, de uma política externa para o hemisfério ocidental que combina políticas unilaterais e protecionistas com a interferência direta e indireta. No olho do furacão, a relação problemática com a Venezuela, o processo de aproximação e reestabelecimento de relações diplomáticas com Cuba e a crescente cooperação com o México, principalmente no que concerne a temas como imigração, segurança e desenvolvimento, ficaram sujeitos a uma guinada de volta para um

passado nebuloso. Este artigo escrito a seis mãos busca responder qual é o impacto das propostas e das primeiras ações de Trump na relação dos Estados Unidos com a Venezuela, Cuba e México que, de certa forma, podem oferecer um bom retrato das relações interamericanas nos próximos anos.

2. Estados Unidos de Trump e a Venezuela de Maduro: uma combinação explosiva

A ascensão de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos coincidiu com o recrudescimento da severa crise que acomete a Venezuela desde o final de 2012, mas cuja intensidade aumentou significativamente desde que Nicolás Maduro foi eleito, em 2013. Por isso, para compreender a forma como o republicano conduziu as relações com este país caribenho, é preciso resgatar algumas características dessa crise, bem como suas implicações regionais. Desta forma, poderemos mapear alguns atores relevantes na contraditória relação bilateral, bem como avaliar os impactos das ações norte-americanas contra a Venezuela.

Debilitado por um câncer, Hugo

Chávez Frías empreendeu sua última campanha eleitoral, em que concorria pela quarta vez a presidência da República, em fins de 2012. Naquele pleito, a diferença de votos de Chavez para o opositor Henrique Capriles, então governador do Estado de Miranda e lançado pela coalizão antichavista Mesa de Unidade Democrática (MUD), foi a menor desde que chegou ao poder, em 1999. Chávez logrou mais uma vitória, porém se deparou com uma oposição mais fortalecida e, pela primeira vez, unificada em torno de um só nome.

Chavez morreu em março de 2013. No mês seguinte foram convocadas novas eleições, uma vez que Chávez não teve tempo de tomar posse. Seu vice, Nicolás Maduro, foi escolhido para representar o chavismo, enquanto que Capriles novamente se apresentou como representante da MUD. O opositor teve um desempenho ainda melhor do que no pleito anterior, logrando 49,12% dos votos dos eleitores. Maduro, mesmo contando com a máquina estatal e com o clima de grande comoção pela recente morte de Chávez, chegou aos 50,61% dos votos, uma diferença de menos de 300 mil eleitores (CONSELHO

NACIONAL ELECTORAL, 2013).

Héctor Briceño (2014) acredita que se a eleição tivesse ocorrido alguns dias depois, Capriles teria conseguido reverter a situação e teria sido eleito presidente. Ainda que o processo eleitoral tenha sido validado, a oposição suscitou a possibilidade de fraude eleitoral, fomentando violentos protestos. Depois de alguns dias e dada a violência das manifestações, Capriles pediu para que seus apoiadores deixassem as ruas e buscassem combater o regime por vias institucionais. Foi nesse contexto que a oposição mais radical, capitaneada por Leopoldo López e Maria Corina Machado ganhou força, se aproveitando do que chamaram de “covardia de Capriles” para incentivar mais protestos violentos contra o governo. No confronto com forças policiais, os manifestantes realizaram emboscadas – chamadas *guarimbas* – que ocasionaram a morte de transeuntes. O governo de Maduro reprimiu e prendeu opositores que participaram dos protestos, dentre os quais, López. Internacionalmente, a repercussão dessa violência pesou somente contra o governo Maduro. Os Estados Unidos e outros países logo

manifestaram sua preocupação com as violações dos Direitos Humanos.

Todavia, para os Estados Unidos, apesar de a crise interna da Venezuela trazer desconforto regional e fortalecer a sua retórica antichavista e de violação aos Direitos Humanos, o que realmente está em jogo é o fornecimento do petróleo. Mesmo nos anos em que Chávez aprofundou seu discurso anti-imperialista e os países deixaram de ter representação diplomática, o fluxo de comércio petrolífero da Venezuela para os Estados Unidos continuou e ficou mais intenso do que antes. Leonardo Valente (2011) afirma que essa relação contraditória é marcada pela disjuntiva “inimigos sim, negócios à parte”, indicando que as animosidades políticas nunca foram um empecilho para a parceria econômico-comercial histórica entre estes dois países.

Ademais da intensificação crescente da polarização política que ocorria de forma violenta, houve também o aprofundamento da crise econômica, cujo estopim foi a queda do preço do petróleo, principal produto de exportação do país. O chavismo havia vivido uma das maiores bonanças petrolíferas da

história da Venezuela, com o barril ultrapassando os 130 dólares. No entanto, a partir de junho de 2014 os preços começaram a cair continuamente, chegando a 43 dólares em janeiro de 2015 e a 23 dólares um ano depois (OPEC, 2018). A tendência de baixa impactou o país de maneira dramática, uma vez que seu orçamento público anual é organizado com base no valor dessa *commodity* (BARROS, 2007).

Diante da crise econômica, o Estado se viu sem divisas para importar itens de primeira necessidade, como alimentos e remédios. Adicionalmente, com um câmbio fixo supervalorizado criou-se um mercado paralelo de dólares que dificultou ainda mais a situação. Por fim, o contrabando ilegal de toneladas alimentos e remédios, que saiam da Venezuela para serem revendidos a preços até oito vezes maiores aos venezuelanos na Colômbia aprofundou ainda mais a situação de escassez. Com isso, os índices sociais decaíram de tal forma que voltaram aos parâmetros de antes do chavismo (SOUSA, 2015). Desde então, a “diáspora venezuelana” explodiu. Nos anos Chavez, os venezuelanos deixavam o

país rumo aos Estados Unidos ou outros países desenvolvidos por conta das diferenças ideológicas com o presidente. Nos anos Maduro, como explica Vargas (2017), o perfil do imigrante venezuelano mudou por conta das novas condições, que abarcam não só a deterioração econômica e a consequente queda na qualidade de vida, como também a questão da insegurança, seja em termos políticos, seja em relação à criminalidade (CCSPJP, 2016). Esse processo migratório ganhou contornos de crise humanitária.

Quando Donald Trump assumiu a presidência, em janeiro de 2017, o número de imigrantes venezuelanos que chegavam aos Estados Unidos crescia rapidamente, muitos, inclusive, com pedido de asilo ou refúgio político. Entre 2015 e 2016, o número de pedidos de refúgio político de venezuelanos nos Estados Unidos saltou de 3.810 para 10.221, fazendo com que seu país figurasse em terceiro lugar, atrás somente da China e do México (AMAYA, 2017). Concentrados no Sul da Flórida, as comunidades de expatriados venezuelanos e cubanos foram decisivas para a vitória de Trump no Estado. E, no primeiro ano do

governo Trump, 21407 venezuelanos pediram refúgio nos Estados Unidos, colocando a Venezuela no topo da lista (DELLANO, 2017).

Nos Estados Unidos, a oposição venezuelana está abrigada em diversas organizações como Venezuelanos Perseguidos Políticos no Exílio (VEPPEX), Raízes Venezuelanas, Movimento Organizado de Venezuelanos no Exterior (MOVE), Associação de Mães e Mulheres Venezuelanas no Exterior (AMAVEX) e Casa Venezuela. Localizadas na Flórida, a atuação política dessas organizações ocorre em conexão com parlamentares republicanos e democratas afins à causa cubana e que enxergam a Venezuela como uma “nova Cuba”, como os senadores Marco Rúbio e Bill Nelson e os deputados Mario Diaz-Balart e Bob Menendez (ANDRADE, 2017; CAMERO RENO, 2017; COLINA, 2017). Lideranças como José Colina (VEPPEX), Norma Camero Reno (MOVE e Casa Venezuela - Tampa Bay) e Patricia Andrade (Raízes Venezuelanas) atuam como oposição desde quando Chávez ainda era presidente, fornecem dados à CIA e aos governos estadunidenses, a fim de fortalecer o que chamam de

“resistência”.

O novo presidente dos Estados Unidos começou a exercer uma política mais dura contra a Venezuela a partir de julho de 2017, com a aprovação de sanções contra o presidente Nicolás Maduro e sua cúpula de governo. Como estratégia, o governo estadunidense congelou possíveis ativos das lideranças venezuelanas no país, muito embora não tenha provado a existência delas. Além disso, impediu negócios entre essas mesmas lideranças e qualquer cidadão estadunidense. Tal decisão teve lugar em um contexto de estrangulamento da oposição interna: Maduro havia convocado uma Assembleia Nacional Constituinte que, gozando de plenos poderes, suplantaria o Legislativo do país, que desde 2015 estava nas mãos da MUD. As eleições para essa nova Assembleia foram realizadas justamente no mês em que as sanções foram anunciadas.

Internamente, a oposição organizou uma votação paralela e não oficial, ocorrida duas semanas antes do pleito convocado pelo presidente. Atendendo ao chamado do antichavismo, venezuelanos no exterior também participaram desse

plebiscito, que visava demonstrar a falta de legitimidade da eleição que Maduro capitanearia em seguida. Nesse esforço conjunto, a oposição obteve mais de 7 milhões de votos favoráveis à sua pauta de não convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte (PEDROSO, 2017). Mesmo assim, o governo levou a cabo sua consulta e logrou consolidar sua hegemonia, ainda que sob forte desconfiança da comunidade internacional quanto à lisura do processo.

Em 11 de Agosto de 2017, quando o governo venezuelano empossou a Assembleia Nacional Constituinte. Trump disse que a “solução militar” para a Venezuela não estaria descartada, suscitando preocupação inclusive entre seus aliados regionais (ELLSWORTH; TAJ, 2017). Ainda assim, no mês seguinte, por ocasião da Assembleia Geral das Nações Unidas que ocorreria em Nova York, o presidente estadunidense se reuniu com seus homólogos brasileiro, colombiano e panamenho, além de uma representante do governo argentino – países que compuseram a Declaração de Lima (08/08/2017), que condenou Maduro pelo seu autoritarismo – para discutir

a situação do país caribenho.

Nos Estados Unidos, o VEPPEX tem respaldo do governo Trump no que se refere ao posicionamento mais duro contra a Venezuela. Mas, não apoia os discursos e as propostas anti-migração, uma vez cria barreiras para os venezuelanos que saíram do país por suposta perseguição política. A MOVE e a Raízes Venezuelanas apoiam o governo Trump incondicionalmente, concordando com a declaração oficial norte-americana de que a Venezuela se converteu em uma “ditadura socialista” (WASHINGTON POST, 2017).

Atendendo ao pedido do VEPPEX, poucos dias após Washington aventar a possibilidade de uma intervenção militar, em 23 de agosto de 2017, o vice-presidente Mike Pence reuniu-se com representantes tanto de partidos políticos antichavistas, quanto com líderes das organizações ativas na Flórida. Pence foi até Miami para reiterar o apoio de Trump à luta pela “liberdade” na Venezuela (EL-NACIONAL, 2017). O encontro, que foi fechado para convidados, foi relatado por seus participantes como sendo proveitoso, porém sem indicar

se houve algum tipo de desconforto por parte da oposição em relação à ameaça de intervenção militar.

Por se tratar de um processo ainda em curso, o que se pode analisar é que as sanções por ora aplicadas foram desenhadas para atingir, diretamente, a cúpula do governo de Maduro. O cerne da questão, todavia, não é preservar a população, mas sim o comércio petrolífero. Como o fornecimento desse produto aos Estados Unidos não foi prejudicado com o esgarçamento da relação – e enquanto essa situação se mantiver – é possível que sanções econômicas mais severas não sejam tomadas. Tal apreciação está baseada em que: i) até o momento somente a Flórida declarou que não investiria ou faria negócios com a Venezuela, graças à pressão da comunidade que ali reside e ao cálculo eleitoral do governador republicano Rick Scott ; ii) a hipótese de um embargo econômico, como ocorreu em Cuba, ainda não foi defendida pelo governo; iii) a questão energética é estratégica e central para a potência norte-americana.

Contudo, é o tema migratório que tem ganhado cada vez mais relevância, seja pelo aumento

estrondoso do número de venezuelanos no país, seja pelo projeto político de Trump, avesso aos migrantes. Uma das primeiras ações do governo Trump com repercussão internacional foi justamente o veto migratório, impedindo que cidadãos de países de maioria muçulmana entrassem nos Estados Unidos. Na reedição dessa medida, em Setembro de 2017, foram incluídas a Coreia do Norte e a Venezuela, revelando que a massiva entrada de venezuelanos se tornou um incômodo para o governo estadunidense (MASON; STEWART, 2017).

3. Estados Unidos de Trump e Cuba de Castro: retrocessos e distanciamentos

A eleição de Donald Trump impacta diretamente no processo de normalização das relações entre Estados Unidos e Cuba. Iniciado no final de 2014 por Barack Obama e Raúl Castro, o processo de normalização das relações entre os dois países consistiu primeiramente no reatamento das relações diplomáticas oficiais, encerradas pouco depois da ascensão do governo da Revolução cubana. Assim, ao longo dos últimos anos de mandato de Obama, os

Estados Unidos reabriram sua embaixada em Havana, permitiram o turismo de cidadãos americanos em Cuba e flexibilizaram algumas restrições comerciais com a Ilha (SEGRERA, 2017).

Contudo, o processo de normalização com Cuba foi iniciado unilateralmente pelo Executivo dos Estados Unidos e, após o anúncio, o Congresso, que consiste majoritariamente de membros do partido Republicano, não se mostrou favorável a iniciativa de Obama. Congressistas cubano-americanos como os senadores Marco Rubio (Republicano pela Flórida) e Bob Menendez, (Democrata por Nova Jersey), foram vocalmente contra esse processo de reaproximação com Cuba, já que na Ilha se mantinha o mesmo governo dos irmãos Castro.

Em contrapartida, o Presidente Obama explicou que a mudança de estratégia para Cuba se justificava para superar o fracasso da antiga abordagem que preconizava o isolamento da Ilha através de políticas de autoridade. A aproximação tinha como intuito quebrar o isolamento de Cuba e inserir sua sociedade no mundo moderno, estimulando a que

endogenamente, através do maior contato com outros povos, a própria sociedade cubana provocasse uma mudança gradativa no regime e instituições do governo.

Desde a chegada de Raúl Castro ao poder, Cuba passou a sofrer alguns relaxamentos sutis na austeridade de sua política doméstica, especialmente em relação à atividades econômicas e comerciais, em uma tentativa do governo de modernizar a economia cubana. Assim, diversos setores da iniciativa privada estadunidense se manifestaram a favor de uma normalização, visto seus interesses em investir em Cuba considerando o potencial mercado de infraestrutura para a modernização da Ilha.

Dentro da sociedade cubana-americana houve tanto apoio quanto rejeição à normalização. Os setores mais conservadores da comunidade, engajados historicamente na confecção da política externa para a Ilha, reprovaram a medida. Mas, nas últimas duas décadas a comunidade americana recebeu um fluxo migratório motivado mais por razões econômicas do que ideológicas, tornando mais heterogêneas e diversificadas as preferências dos

cubano-americanos. E, as gerações mais novas de cubano-americanos se mostraram a favor da normalização para ampliar as possibilidades de relações com suas famílias em Cuba (SEGRERA, 2017).

Essas divergências em relação à aprovação ou não da reaproximação entre os dois países demonstraram como a temática de Cuba não é mais consensual nos Estados Unidos. Porém, essas divergências também denotam a importância da capacidade de influência dos diferentes atores interessados na questão das relações com Cuba. O passo fundamental para a normalização completa, que seria a extinção do embargo comercial e reestabelecimento total das relações comerciais, não chegou a ser tomado, pois depende de aprovação do Congresso. Neste sentido, as iniciativas parlamentares para extinguir o embargo comercial não foram bem-sucedidas, deixando a normalização incompleta. Além disso, o Congresso não confirmou a indicação de Obama de Jeffrey DeLaurentis para o posto de embaixador oficial dos Estados Unidos em Havana, prejudicando simbolicamente a missão diplomática

em Cuba.

Ainda que a normalização não tenha sido completada, a administração de Obama fez esforços para que o processo de aproximação diplomática e de “povo a povo” criasse raízes que pudessem crescer a longo prazo. Dentre esses esforços estão: as flexibilizações econômicas que promoveram o início de investimentos estadunidenses em território cubano; a abertura para o turismo; a remoção Cuba da lista dos países que patrocinam o terrorismo; a visita presidencial à Ilha, a primeira de um presidente dos Estados Unidos desde 1928, que serviu de marco simbólico para aprofundar os diálogos e estimular uma mudança na imagem de Cuba nos Estados Unidos; e, por fim, a extinção da política *wet feet/dry feet*, implantada no governo Clinton que acolhia os imigrantes ilegais cubanos na condição de refugiados políticos (THE GUARDIAN, 2017). Em especial, extinção a política *wet feet/dry feet*, apesar de parecer um ato simples, teve um peso simbólico significativo no processo de reaproximação. Essa política servia para antagonizar e deslegitimar o governo cubano, uma vez que os imigrantes cubanos aceitos nos

Estados Unidos eram vistos como refugiados de um governo opressor. A extinção dessa política normaliza as relações migratórias entre os dois países, incrementando ainda mais a tentativa de mudar a imagem negativa de Cuba como inimigo dos Estados Unidos e dos credos liberais estadunidenses.

Essa última mudança nos dias finais da administração Obama, serve como prelúdio para a situação ambígua na qual começa a administração de Donald Trump, em janeiro de 2017. Durante sua campanha, Trump não chegou a ser específico sobre qual seria sua estratégia para a política com Cuba. Mencionou vagamente a possibilidade de uma abordagem mais pragmática que fosse “um melhor negócio” para os Estados Unidos no que tangia a normalização. Mas em contrapartida, ao se dirigir aos grupos de interesses mais tradicionais da comunidade cubano-americana na Flórida, Trump retomou a retórica antagonista ao governo cubano e disse que se Obama promoveu a normalização por meio de ordens executivas e que, conseqüentemente, poderia retroceder o processo da mesma forma.

Na prática, no primeiro ano de mandato, o governo Trump promoveu alguns retrocessos. O primeiro pacote de novas medidas para a política com Cuba limitou substantivamente as medidas de flexibilização comercial e turística que a administração anterior havia promovido. Essas novas restrições foram anunciadas justamente para grupos conservadores e anti-castristas de cubano-americanos na Flórida (MIAMI HERALD, 2017). Somente no segundo semestre do mandato de Trump é que eventos inusitados serviram de catalizador para mudanças mais perceptíveis na política e diplomacia para Cuba. No final de setembro de 2017, a administração de Trump anunciou a retirada de uma grande parte de sua equipe devido a problemas de saúde misteriosos que todos vinham demonstrando, com a suspeita de que a causa fosse algum tipo de ataque sônico. Sob a justificativa de que o governo cubano não estava garantindo a integridade física do staff diplomático dos Estados Unidos, a embaixada em Havana teve suas atividades reduzidas. Mais ainda, em contrapartida, o governo estadunidense exigiu um corte de

peçoal similar na embaixada de Cuba em Washington (CNN, 2017).

O resultado desse evento foi um incremento das tensões entre os dois países. O governo cubano se sentiu indiretamente acusado de ser responsável pelos supostos ataques sônicos. Além disso, graças ao corte brusco no tamanho do peçoal em ambas embaixadas, muitas atividades rotineiras de comunicação e de burocracia diplomática foram suspensas ou seriamente afetadas. A emissão de vistos entre os dois países ficou lenta e o governo dos Estados Unidos advertiu seus cidadãos que não fossem a Cuba, porque o suporte consular do país se encontrava praticamente suspenso. Até o momento não existem provas concretas de que ocorreu algum tipo de ataque ao peçoal da missão estadunidense em Cuba. O incidente, por hora, mudou o curso da aproximação entre os dois países. No entanto, ainda não há um alinhamento total do governo Trump com os interesses mais tradicionais anticastristas.

Considerando a importância política doméstica que o tema Cuba têm em diversos setores dos Estados Unidos, existem motivos

para se esperar que mais mudanças possam acontecer. Ademais, do ponto de vista internacional e regional, Cuba ainda possui laços estreitos com a Venezuela, outro país da América Latina para o qual a administração de Trump está tendo que voltar sua atenção. Conforme a crise no país sul-americano se agrava, a comunidade cubano-americana anti-castrista vem formando laços e relações com a comunidade venezuelana-americana anti-chavistas. Por meio da influência e inserção política já consolidada de grupos cubano-americanos, as pressões por uma política dura para a Venezuela estão crescendo. Essa tendência pode afetar o futuro das relações dos Estados Unidos com Cuba, uma vez que o governo cubano está alinhado ideologicamente com o governo venezuelano e conta com a Venezuela como forte parceiro comercial. Um endurecimento da política estadunidense para Venezuela também potencializa as pressões internas para que a dureza também se aplique em Cuba. Atualmente, graças às variáveis internas e externas que afetam a pauta na esfera política estadunidense e aos mais recentes

desenvolvimentos nas relações com Cuba, um maior tensionamento das relações pode ser esperado a médio prazo. Por outro lado, pode-se cogitar a alternativa de que a imprevisibilidade da administração Trump seja uma estratégia para conseguir um “acordo mais favorável” com Cuba no futuro.

Contudo, a administração Trump possui apenas um ano de governo, e, na lógica de uma futura reeleição, a política com Cuba pode ser utilizada como instrumento eleitoral para conquistar o colégio eleitoral da Florida. A direção em que essa instrumentalização pode ser utilizada vai depender de quais sejam os interesses mais pujantes na região na época da eleição presidencial de 2020. Outro elemento externo crucial que pode ocasionar uma mudança na estratégia política para Cuba é a expectativa de uma moderada transição de poder, considerando as intenções de Raúl Castro de deixar a liderança oficial do país ainda em 2018. As missões diplomáticas eram o elemento mais simbólico do processo de normalização com Cuba, mesmo que no futuro Trump não retroceda totalmente.

4. Estados Unidos de Trump e o México de Nieto: as relações por cima do muro

A relação com o México é um tema frequente nos Estados Unidos, mesmo em eleições em que o peso da política externa não é grande. Em 1992, o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (North American Free Trade Agreement - NAFTA) recém assinado pelo México, pelo Canadá e pelos Estados Unidos foi alvo de críticas e debates. Na época, o então candidato Bill Clinton engajou-se politicamente na defesa do NAFTA, que entrou em vigor em 1994.

Nas eleições presidenciais de 2016, as relações entre Estados Unidos e México, em alguns momentos, estiveram no centro do debate entre os candidatos. Durante as prévias e depois na campanha eleitoral, o candidato Donald Trump sempre apresentou o México e suas relações com os Estados Unidos uma perspectiva negativa. Trump chegou a caracterizar o NAFTA como o “pior acordo já assinado pelos Estados Unidos”, para justificar uma renegociação. Na perspectiva de Trump, o NAFTA levou empresas dos Estados Unidos a se instalarem no

México, roubando postos de trabalho dos estadunidenses. O então candidato também defendeu a construção de um muro na fronteira, a fim de evitar a migração ilegal de mexicanos e centro-americanos para os Estados Unidos. Diante destas propostas, a administração de Enrique Peña Nieto (2012-presente) sempre adotou um tom defensivo. Insistiu que o NAFTA havia beneficiado os três países signatários e que o rompimento afetaria negativamente as três economias, por apresentarem um alto grau de interdependência. Nieto também negou que o México pagaria pela construção do muro. Em agosto de 2016, Donald Trump compareceu ao México em visita orquestrada pelo então Secretário da Economia, Luis Videgaray. A expectativa era Trump minimizasse as ameaças, que provocavam grande agitação no mercado financeiro e serviam para mobilizar a opinião pública mexicana com críticas a postura passiva do governo de Nieto. Apesar da política externa ter um espaço reduzido no debate público mexicano, as relações com os Estados Unidos ganharam relevância e progressivamente tornaram-se um critério de avaliação

da população com relação à gestão presidencial de Enrique Peña Nieto.

No mesmo ano, fora do discurso de Trump, o México exportou 80% dos seus produtos para os Estados Unidos. Em contrapartida, importou 46% mercadorias do vizinho do norte (Secretaría de Economía, México, 2017). Em relação aos estados fronteiriços, o México foi o principal destino das exportações do Texas, 39,8%, da Califórnia, 15,4%, do Arizona, 37,8%, e do Novo México, 42,9% (U.S. Department of Commerce, 2017). Este fluxo é resultado da instalação de fábricas do lado mexicano da fronteira, conhecidas como maquiladoras, que possuem incentivos governamentais para importar insumos dos Estados Unidos e exportar os produtos acabados de volta para o norte. No geral, o México se consolidou como o segundo maior mercado das exportações dos Estados Unidos em 2016 (U.S. Department of State, 2017). Além disso, naquele ano, os Estados Unidos direcionaram 37% do total Investimento Externo Direto (IED) para o México (Secretaría de Economía, México, 2016). Esses dados refletem o peso da economia

estadunidense e a interdependência assimétrica no desenvolvimento econômico mexicano. Mais ainda, isso mostra o nível de associação do empresariado mexicano-estadunidense e indica porque o próprio empresariado estadunidense é resistente a abandonar o NAFTA. Com isso, depois da eleição, ficou claro que as promessas de Donald Trump não seriam facilmente implementadas. O Congresso estadunidense barrou a proposta orçamentária que demandava recursos para a construção do muro. O NAFTA começou a ser renegociado em agosto de 2017, mesmo diante das reticências de Trump, que ameaçava retirar os Estados Unidos do tratado se não fossem contemplados os interesses nacionais.

Em julho de 2017, os Estados Unidos lançaram o “Summary of Objectives for the NAFTA Renegotiation”, documento que contempla os principais objetivos com a modernização do acordo (Office of the United States Trade Representative, 2017). Com o objetivo de alcançar “um acordo melhor para os americanos”, o documento vislumbrou promover as exportações

estadunidenses, eliminar barreiras não tarifárias e subsídios e reduzir o déficit comercial com o México, que em 2016 foi de US\$ 53 bilhões (Secretaría de Economía, México, 2017). Antes mesmo das negociações começarem propriamente, várias propostas eram consideradas polêmicas, como a criação de critérios de transparência para evitar “manipulações na taxa de câmbio” e a eliminação da Comissão de Livre Comércio, órgão de solução de controvérsias. Ainda assim, a expectativa era que as negociações fossem concluídas ainda em 2017, evitando coincidir com o calendário eleitoral no México, que elegerá um novo presidente em julho de 2018. Contudo, no final de 2017, várias controvérsias ficaram evidentes e o prazo para a modernização foi prorrogado para 2018. Donald Trump havia proposto a inclusão de barreiras alfandegárias, a renegociação do acordo a cada cinco anos e, junto com o Canadá, demandaram o aumento do salário mínimo no México.

A questão migratória também foi um tema de tensão entre os dois países no primeiro ano da administração Trump. A tensão entre

os dois países no que tange a imigração é centenária. Recentemente, o governo Vicente Fox (2000-2006) propôs ao governo George W. Bush (2001-2009) a negociação de uma política migratória integral com os Estados Unidos. Todavia, a negociação emperrou depois dos atentados terroristas de 2001. A proposta do governo estadunidense de construir um muro na fronteira com o México para barrar a imigração ilegal e o tráfico de drogas também não é nova. Inclusive, já existe um muro em parte da fronteira binacional. Assim, as promessas de Trump chamam mais atenção pela agressividade com que foram colocadas e pela insistência de que o México pagaria pelo muro.

Contrariando Trump, o relatório “Encuestas sobre migración en las fronteras Norte y Sur de México”, de 2014, mostra que o fluxo migratório de mexicanos com destino aos Estados Unidos diminuiu desde 2007. Todavia, mostra também que, nos últimos anos, o México se converteu em um território de passagem de migrantes provenientes do Triângulo Norte da América Central, formado por Honduras, Guatemala e El Salvador (Secretaría

de Gobernación, México, 2007). Neste cenário, o México ocupa uma posição estratégica no continente americano e funcional aos interesses dos Estados Unidos: ele atua como um regulador dos fluxos migratórios na sua fronteira sul, barrando a entrada de centro-americanos que utilizam o seu território para chegar até a fronteira Norte. Na prática, o México acaba prestando um serviço aos Estados Unidos, o que reforça a interdependência entre os dois países.

Apesar de ter sido um ano de desacordos e conflitos políticos entre os dois países, o primeiro ano do governo de Donald Trump mostra que o México é um parceiro importante. Para os Estados Unidos, isso significa que o elemento estrutural das relações entre os dois países prevaleceu e as propostas radicais, como a deportação em massa de migrantes e o fim do NAFTA, sofreram resistências importantes. O elemento geográfico e a variedade de temas em comum justifica uma relação de diálogo permanente, ainda que sujeita a variações políticas. Contudo, a interdependência entre os dois países não significa uma relação simétrica. Pelo contrário, é evidente

que os Estados Unidos possuem poder de barganha superior ao do México, que é significativamente mais vulnerável em termos econômicos e militares e tem que se adaptar a agenda do vizinho.

5. Conclusão:

A despeito da retórica isolacionista, América Latina ganhou bastante espaço na política externa dos Estados Unidos de Trump. Para Venezuela, Trump representou uma ruptura, pois mesmo com declarações hostis nas administrações anteriores, foi a primeira vez que sanções mais diretas foram tomadas, além da declaração de intervenção militar. Ainda que esta última tenha sido mais um exagero retórico do que uma ação efetiva, incendiou os ânimos em Caracas, fazendo com a Venezuela se feche ainda mais para o sistema interamericano e justifique ações de cerceamento da oposição com base no vínculo destes grupos com o “império norte-americano”. Apesar disso, os Estados Unidos seguem tendo o apoio da oposição venezuelana, para quem, ao que tudo indica, toda e qualquer forma de acabar com o regime venezuelano será “legítima”. O resultado da

crescente pressão estadunidense, que até agora só tem inflamado o governo Maduro, pode ser desastrosa e gerar ainda mais instabilidade e problemas humanitários. Quanto ao petróleo, a máxima “inimigos sim, negócios à parte” continua valendo e vem dando a tônica no relacionamento bilateral de ambas as partes.

Para Cuba, até 2014, mudanças significativas nas relações com os Estados Unidos nunca foram vistas como uma possibilidade clara. O processo de normalização iniciado por Obama, ainda que sofra total retrocesso, mudou esse panorama, fazendo com que o futuro das relações entre os países tenha várias alternativas possíveis. Seguindo esta lógica, as mudanças iniciadas por Obama não necessariamente terão continuidade sob o governo Trump, mas se a normalização não tivesse sido iniciada, dificilmente a administração do novo presidente teria que se engajar mais ativamente na estratégia para Cuba em vez de simplesmente dar continuidade à tradicional estratégia do isolamento da Ilha.

Para o México, a política externa dos Estados Unidos de Trump parece estabelecer uma

política de barganha, com agressividade, ameaças e políticas que beiram a ilegitimidade no sistema internacional. Paradoxalmente, Trump eleva o México como grande campeão das relações com os Estados Unidos. Mas, ao mesmo tempo, retrata o país como grande vilão e os mexicanos como degenerados. Portanto, as relações com o México se estabelecem em uma lógica do bem, os Estados Unidos, contra o mal, o México. E, supostamente, o mal estaria ganhando. Está lógica justificaria uma guinada na relação dos Estados Unidos com o México. Todavia, é possível perceber que o discurso de Trump está muito longe da realidade. As relações entre Estados Unidos e México são historicamente assimétricas e vantajosas para o país de Trump, principalmente, para os empresários. Sendo assim, o discurso de Trump se revela como uma estratégia para ampliar ainda mais essa assimetria.

De forma geral, os Estados Unidos de Trump vem aplicando um impacto negativo nas relações com a Venezuela, Cuba e México. A relação com os três países, embora em condicionantes bastante diversos, apresenta um padrão de ação:

estratégias unilaterais de barganha e ameaças com o objetivo precípua de submeter os interesses e a autonomia relativa desses países aos interesses de setores do capital estadunidense. É preciso, em um trabalho de mais fôlego, verificar o impacto dos Estados Unidos de Trump nas relações com outras regiões do continente americano. Contudo, em certa medida, é possível inferir que o padrão nas relações com a Venezuela, Cuba e México se repete. E, infelizmente, não há nenhum indício de que mudará até que o governo Trump deixe a Casa Branca.

Bibliografia:

AMAYA, Luis A. ***Las cifras del Adiós: la migración venezolana se dispara en todo el continente.*** CNN Español. 13 Jul 2017. Disponível em: <<http://cnnespanol.cnn.com/2017/07/13/as-cifras-del-adios-la-migracion-venezolana-se-dispara-en-todo-el-continente/>>. Acesso em 30 Dez 2017.

BARROS, Pedro S. ***Governo Chávez e Desenvolvimento: A Política Econômica em Processo.*** 2007. 167 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

BRICEÑO MONTESINOS, Héctor. ***Análisis de las elecciones presidenciales de 2012 y 2013.*** Palestra ministrada no Instituto Cultural Brasil-Venezuela (ICBV), 30 Jul 2014.

CCSPJP. ***Las 50 Ciudades Más Violentas del Mundo 2016.*** ONG Seguridad, Justicia y

Paz - Consejo Ciudadano para la Seguridad Pública y la Justicia Penal A.C., México, 2016. Disponível em:

<<http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/biblioteca/download/6-prensa/239-las-50-ciudades-mas-violentas-del-mundo-2016-metodologia>>. Acesso em 30 Dez 2017.

CNN. **“Sonic attacks in Cuba hit more diplomats than earlier reported, officials say”** By Patrick Oppmann; Elise Labott. 2017. Disponível em:

<<http://www.cnn.com/2017/08/20/politics/havana-sonic-attacks/index.html>>

CONSEJO NACIONAL ELECTORAL. **Resultados Electorales:** Elecciones realizadas en el 2013. 14 Abril 2013. Disponível em:

<http://www.cne.gob.ve/resultado_presidencial_2013/r/1/reg_000000.html?>. Acesso em 2 Dez. 2017.

DE LLANO, Pablo. Los venezolanos se consolidan en el número uno en solicitudes de asilo en Estados Unidos. **El País**. 2 Dez 2017. Disponível em:

<https://elpais.com/internacional/2017/12/02/estados_unidos/1512176120_321016.html?id_externo_rsoc=TW_CC>. Acesso em 2 Dez 2017.

DIRIGENTES de la oposición se reunieron con Mike Pence en Miami. **El Nacional (Caracas)**. 23 Ago. 2017. Disponível em:

<http://www.el-nacional.com/noticias/mundo/dirigentes-oposicion-reunieron-con-mike-pence-miami_200186>. Acesso em 23 Ago. 2017.

ELLSWORTH, Brian; TAJ, Mitra. Latin America rejects Trump's military threat against Venezuela. **Reuters**. 11 Ago. 2017. Disponível em:

<<https://www.reuters.com/article/us-usa-venezuela-military/latin-america-rejects-trumps-military-threat-against-venezuela-idUSKBN1AR2GR>>. Acesso em 2 Set. 2017.

FLORES, Rafael Velazquez. La política exterior de Estados Unidos hacia México bajo la administración de Barack Obama: cambios y continuidades. **Norteamérica**, México, v. 6, n. 2, p. 85-113, dic. 2011. Disponível em:

http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-35502011000200004&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 15 de outubro de 2016.

MASON, Jeff; STEWART, Phil. Trump slaps travel restrictions on N. Korea, Venezuela in sweeping new ban. **Reuters**. 25 Set. 2017. Disponível em:

<<https://www.reuters.com/article/legal-us-usa-immigration-trump/trump-slaps-travel-restrictions-on-n-korea-venezuela-in-sweeping-new-ban-idUSKCN1C01FZ>>. Acesso em: 2 Jan. 2018.

MIAMI Herald. **“In Miami, Trump toughens Obama Cuba policy ‘like I promised’**. By Patricia Mazzei. 2017. Disponível em:

<<http://www.miamiherald.com/news/nation-world/world/americas/cuba/article156579409.html>>

OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE (2017), **“Summary of Objectives for the NAFTA Renegotiation”**. Disponível em:

<https://ustr.gov/sites/default/files/files/Press/Releases/NAFTAOBJECTIVES.pdf>. Acesso em 08 de janeiro de 2018.

OPEC. **OPEC Crude Oil Report**. 2 Jan 2018. Disponível em:

<<https://www.quandl.com/data/OPEC/ORB-OPEC-Crude-Oil-Price>>. Acesso em 2 Jan 2018.

PIMENTA, Marília C. B. S. **Zonas Estratégicas e Estruturais para os Trânsitos Ilícitos (ZEETI):** desafios às zonas de paz na América do Sul. 2016. 308 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, São Paulo, 2016.

PEDROSO, Carolina S. Um balanço do plebiscitopositor contra Maduro. **Diário Indústria & Comércio (Curitiba)**. 18 Jul. 2017. Disponível em:

<<http://www.diarioinduscom.com/um-balanco-do-plebiscito-opositor-contra-maduro/>>. Acesso em 2 Jan. 2018.

SCHIAVON, Jorge A.. México-Estados Unidos: Estabilidad y seguridad a cambio de autonomía. In.: SCHIAVON, J. A.; SPENCER, D.; OLIVEIRA, M.V.. (Eds.) **En busca de una nación soberana: Relaciones internacionales de México, siglos XIX y XX**. México, D.F.: Centro de Investigación y Docencia Económicas: Secretaría de Relaciones Exteriores, 2006.

Pp. 423-462.

SECRETARÍA DE ECONOMÍA (2017), **Comercio exterior / Información Estadística y Arancelaria**. Disponível em: <http://www.gob.mx/se/acciones-y-programas/comercio-exterior-informacion-estadistica-y-arancelaria?state=published>. Acesso em 07 de junho de 2017.

SECRETARÍA DE ECONOMÍA (2017), **“Información estadística general de flujos de IED hacia México desde 1999”**. Disponível em: https://datos.gob.mx/busca/dataset/inversion-extranjera-directa/resource/a709970f-e25b-415b-9708-58ab1077d40e?view_id=56eb2336-595f-4a46-a717-900bd1150b36. Acesso em 23 de maio de 2017.

SECRETARÍA DE GOBERNACIÓN (2017), **“Encuestas sobre migración en las fronteras Norte y Sur de México”**. Disponível em: <http://www.colef.mx/emif/resultados/informes/2014/EMIF-ANUAL-NTE2014.pdf>. Acesso em 23 de maio de 2017.

SEGRERA, Francisco, L. **The United States and Cuba: From Closest Enemies to Distant Friends**. Maryland, Lanham: Rowman and Little Field, 2017.
THE Guardian. “Obama ends 'wet foot, dry foot' policy for Cuban immigrants”. 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2017/jan/12/obama-ends-cuba-immigration-policy-wet-foot-dry-foot>

U.S. DEPARTMENT OF STATE (2017), **U.S. Relations with Mexico**. Disponível em: <https://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/35749.htm>. Acesso em 08 de janeiro de 2018.

VALENTE, Leonardo. **Inimigos sim, negócios à parte: revisionismo periférico antagônico e pragmatismo comercial combinados na política externa do governo Hugo Chávez**. 185f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

VARGAS RIBAS, Claudia F. Tendencias migratorias en el contexto actual: Venezuela. **Taller Regional “Respuestas Regionales a la Crisis en Venezuela”**, CRIES / The

Stanley Foundation, Cidade do Panamá, 25-26 Jul 2017.

WHITE House calls Maduro “dictator” of Venezuela. **Washington Post**, 1 Ago 2017. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/video/world/the-white-house-calls-maduro-dictator-of-venezuela/2017/08/01/cf14327e-76b1-11e7-8c17-533c52b2f014_video.html?utm_term=.e9c8f93cf52e. Acesso em 10 Ago 2017.

WORLD BANK (2017), “Data: Mexico”. Disponível em: <http://data.worldbank.org/country/mexico>. Acesso em 01 de junho de 2017.

Entrevistas

ANDRADE, Patricia. **Entrevista concedida à Carolina Silva Pedroso e Alfredo Juan Guevara Martinez**, 8 jul. 2017.

CAMERO RENO, Norma. **Entrevista concedida à Carolina Silva Pedroso e Alfredo Juan Guevara Martinez**, 18 jul. 2017.

COLINA, Jose A. **Entrevista concedida à Carolina Silva Pedroso e Alfredo Juan Guevara Martinez**, 9 jul. 2017.